

Vimos de novo abordar o problema da "Tomada da Bastilha", mas desta vez à luz do que ela foi realmente, daquilo que esperávamos que fosse e da forma como pode ter contribuído para o desemperrar do movimento, conscientes de que como entidade organizadora também nos cabe a missão de sintetizar as conclusões a extrair do 25/11/68, segundo as perspectivas que julgamos serem as mais correctas para o Movimento Estudantil.

-- O que pretendíamos ser a Tomada da Bastilha

Como instituição organizadora, desde longa data, o Conselho de Repúblicas soube dar às "Bastilhas" o peso substancial das reivindicações dos estudantes. Este ano o programa visava ser algo de catalizador em relação ao momento que vivíamos, algo que permitisse traçar as directrizes mais correctas para atingir os justos objectivos por que há muito vimos lutando.

Assim, no dia 23 - Colóquio sobre "Análise Crítica do Movimento 17 de Abril"; no dia 24 - Convívio com os estudantes das três academias distribuídos por vários locais (dado o seu carácter informal e informativo), onde pudessem elucidar-se dos processos que se vêm utilizando para a resolução dos problemas comuns; no dia 25 o Almoço-Convívio na Cantina e o Cortejo que na sequência dos graves acontecimentos que enlutaram a Academia, assumiria mais do que nunca o conteúdo de um inequívoco protesto que os estudantes saberiam expressar convenientemente.

São já de conhecimento geral as razões porque não se efectuou o Colóquio e o Convívio.

-- O que foi a Tomada da Bastilha

Estas comemorações assim reduzidas ao 25 de Novembro, assumiram uma importância particular, bem patente nos dois aspectos que delas resultam: primeiro - Reunião Geral com discussão dos nossos problemas; segundo - afirmação ao povo de Coimbra de que não estamos dispostos a desistir, apesar dos obstáculos que se nos vêm deparando. Estando estas duas facetas em evidente interdependência é, no entanto necessário que, para maior facilidade de estudo, momentaneamente as individualizemos sobre o condicionalismo actual.

Desta forma, apoiando-nos, portanto, na análise de um conjunto de antecedentes podemos apreender correctamente as contradições que sucessivamente se vêm gerando no seio do Movimento Estudantil, ficando assim preparados para em cada momento lhes dar a justa solução.

Partamos então da prova de que é falsa a alternativa que frequentemente se põe ao Movimento Estudantil: Luta na Universidade ou Luta na rua?

Pois digamos que nem só num lado nem só no outro e ~~estaremos~~ diante de uma unidade de aspectos contraditórios cuja consumação prática se verifica em momentos determinados, de que os passados dias 25 e 26 são exemplos significativos. Uma vez posta a questão em termos gerais, convém que passemos imediatamente à definição tão exacta quanto possível de cada um dos tipos de actuação em foco para que dela resulte a lógica conclusão de que o Movimento Estudantil não depende do local geográfico em que se processa, mas sim da justiça dos seus objectivos e da forma como se organiza para os atingir a curto, médio e longo prazo.

Os estudantes universitários, constituindo um grupo social de extrema importância em qualquer parte do mundo, na medida em que dele são extraídos todos os futuros quadros dirigentes, reconhecem a si próprios e exigem que por todos seja reconhecido o direito de discutirem e participarem activamente na construção de tudo o que se já fez ou nome do Povo, em relação ao qual virão a ter mais tarde enormes responsabilidades. Obviamente esta exigência processa-se através da Universidade, instituição a que se encontram directamente ligados, e que por consequência consideram dever ser um foco de cultura ao serviço de uma comunidade onde todos passam colher os seus benefícios em igualdade de circunstâncias. Constituem-se assim em Movimento Estudantil que, nas condições objectivas do nosso país, extrapola os limites de um forte desejo de participação, assumindo um carácter contestativo ao chocar com instituições estruturadas de forma a impedir a sua integração como verdadeiros homens. É, portanto, lógico que os estudantes se organizem a um nível primário nos cursos, a um nível intermédio nas Faculdades e, a nível superior, na sua Associação, órgãos através dos quais, de baixo para

oito, inserem os seus interesses específicos nos interesses gerais dos Povos a que pertencem.

No decorrer desta prática, a que nós já estamos habituados, surgem em certos momentos períodos de luta acérra, com consequência dum agudizado das contradições entre os interesses do Governo e a orientação própria do U. N. - pois em períodos ^{de maior tensão} ~~de maior tensão~~ transbordam dos limites geográficos da Universidade, indiciativo de elevado expoente de mobilização física dos estudantes, que precede um prático trabalho de organização e consciencialização sem o qual não se passa de simples arruama sem conteúdo.

Foi pois dentro deste contexto que os estudantes desceram à Baixa de pag cada dia 25. Ainda que não houvesse efectivamente um trabalho organizativo efectuado estívamos, no entanto, no abrigo de condições extraordinárias, criadas pelo facto de se comemorar uma importante jornada do U. N., sob dor-mas que as autoridades insistiram em impedir, não só com o aparato policial em torno da Cantina, como também com a expressa proibição do Cortejo (pela primeira vez em 48 anos).

--Tomada da Bastilha e desenvolvimento do Movimento Estudantil

Dos acontecimentos ultimamente verificados resalta desde logo o grau que atingiu a escalada repressiva das autoridades, com a desmistificação total de uma autonomia universitária violada com o consentimento cúmplice das autoridades académicas. A autonomia que a "Universidade Velha" nos oferece é a utilização dos seus edifícios para campo de treino e manobras das forças policiais.

A quem cabe defender a autonomia da Universidade? Não a pseudo autonomia que resulta da posição meramente cúmplice das autoridades académicas com a repressão policial, mas a autêntica autonomia por que vimos lutando? Esta exige que todos a defendamos, estudantes e professores, unidos paralelamente prosseguindo de uma luta por uma Universidade Nova, uma Universidade Crítica.

No momento em que a Universidade se confunde com um Quartel, em que qualquer tentativa de expressão colectiva das legítimas aspirações dos estudantes se lhes responde com o bater das baetas, competem aos estudantes organizarem-se para a defesa dos seus interesses comuns no seu próprio local de trabalho.

Discussão em grupos de trabalho formados a partir dos cursos, de todos os problemas que afectam o estudante como cidadão e como aluno.

A eleição dos delegados de curso assegurando a organização em Juntas de Delegados que a nível intermédio defenderão as reivindicações das Faculdades.

Este trabalho no nível dos cursos e das Faculdades é muito importante, pois procura uma maior consciencialização, um despertar de todos os estudantes para uma Universidade que queremos verdadeiramente NOVA e ainda porque deste modo os estudantes poderão escolher conscientemente os elementos que se revelarem mais válidos e capazes de ocupar o seu lugar na Associação Académica, na defesa dos verdadeiros interesses estudantis.

Os estudantes ao lutarem por uma Universidade Nova lutam também por todo um Povo dela injustamente adiantado por um cruel critério económico.

E é também a nós como estudantes e como cidadãos que compete romper esta engrenagem caduca, esta engrenagem para castas, esta Universidade-Polícia.

Se de facto o viermos a conseguir, isso significa não só um grande passo para uma Universidade Nova, mas também para um Portugal Novo.

Como estudantes lutemos no âmbito da nossa Universidade.

Saibamos organizar-nos af, porque organizados seremos capazes de avançar

Coimbra, 12 de Dezembro de 1968.

CONSELHO DE REPRESENTAÇÃO.